

ACTA Nº 13**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 27 DE JANEIRO DE 2012:**

Aos vinte e sete dias do mês Janeiro do ano dois mil e doze, reuniu pelas vinte horas e trinta minutos, em sessão extraordinária, na sede da Junta de Freguesia de Antes, a Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída pelo Presidente da Mesa, Senhor José Miguel da Rosa Felgueiras, pelo 1º Secretário, o Senhor António Ferreira Ribeiro e pelo 2º Secretário, a Senhora Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1) Discussão da Carta Verde da Reforma Administrativa Local; -----

O 1º Secretário procedeu à chamada dos membros da Assembleia Municipal, verificando-se que faltou com justificação o Senhor José Alves Rosa, Presidente de Junta de Freguesia de Vacariça. Os Senhores Rui Manuel Leal Marquero, António José da Silva Breda e Inês Alexandra Gomes Várzeas não estiveram presentes nesta sessão e foram substituídos respectivamente pelos Senhores Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis, Maria Isabel Pinto Ferreira Lemos e Emídio dos Santos, no seguimento dos pedidos de substituição previamente apresentados. Também o Senhor Jorge Campos Carvalho substituiu o Senhor Homero Cristina Serra, na qualidade de representante da Junta de Freguesia de Luso. -----

Antes de dar início ao Período de Intervenção do Público, o Senhor Presidente da Mesa deu conta aos membros da Assembleia Municipal do expediente recebido. Sublinhou que o Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Vacariça justificou antecipadamente a sua ausência nesta sessão e leu a respectiva justificação que a seguir se indica: -----

“Em virtude de compromissos assumidos anteriormente, venho comunicar a V.ª Ex.ª que esta Junta não se fará representar na sessão extraordinária do dia 27 de Janeiro de 2012. -----

Queremos, no entanto, afirmar total solidariedade à Junta de Freguesia de Antes e suas gentes, no sentido de lhes ser permitido a continuidade da Freguesia, para bem do nosso Concelho.” -----

Referiu que esteve presente no debate promovido pela Junta de Freguesia de Antes onde expressou a sua opinião sobre todo o processo de reforma da Administração Local, concretamente sobre a extinção da Freguesia de Antes. Neste momento adivinham-se alterações na Lei, não no sentido daquilo que estaria previsto para a extinção de freguesias, mas sim no sentido até de agravar esta questão. Será intenção do Governo passar a responsabilidade de extinguir freguesias ao Município e à Assembleia Municipal e assegurou que pela sua mão não passará qualquer extinção de qualquer Freguesia deste Concelho, se essa for a intenção desta Assembleia. Não tendo mais nada a acrescentar, deu início ao Período de Intervenção do Público. -----

PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

- Tomou a palavra o Senhor António Mesquita para felicitar a Assembleia Municipal pela coragem de descentralizar as reuniões deste órgão pelas freguesias do nosso concelho. Para alguns poderá ser um gesto de pouca importância, mas é um grande gesto. Melhor servirá a democracia e as populações, quanto mais próximo estiver das populações. Esta é também uma das razões pela qual é contra esta Reforma do Poder Local e que hoje irá ser discutida na presente sessão. Expôs que podem contar consigo para a luta que

se adivinha ser difícil. Espera que nesta Assembleia resulte um documento convincente para, junto do Governo, podermos explanar os pontos de vista das nossas populações. Quer o Concelho de Mealhada, quer a Freguesia de Antes são exemplos a seguir e não a exterminar e colocou duas questões para reflexão: “Como é que o Governo pode afirmar no Documento Verde que com a extinção de freguesias se vai poder trabalhar melhor e estar mais próximo das populações”. Não acredita que assim seja. Quanto às novas alteração que se houve falar nos bastidores, questionou “como é que é possível pensar-se em impor percentagens para extinção de freguesias em todos os municípios, quando alguns se portam mal e outros se portam bem?” Sendo o Concelho de Mealhada um dos Municípios que se “porta bem”, como é que podemos ser penalizados de igual modo como aqueles que se “portam mal?” -----

- Tomou a palavra o Senhor Benjamim Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Antes para ler a seguinte intervenção escrita: -----

“Enquanto munícipe com responsabilidades acrescidas no que respeita à Freguesia de Antes, não poderia deixar passar esta oportunidade sem aqui deixar as minhas preocupações e da equipa que me acompanha na Junta de Freguesia durante o presente mandato. -----

Quero obviamente felicitar todos os aqui presentes e em especial o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. Miguel Felgueiras, por ter trazido a esta terra o mais importante órgão autárquico. -----

A proximidade do povo ao poder é benéfica e recomendável, para a boa saúde da Democracia, que parece andar adoentada. -----

Nesta sequência da proximidade, aproveito a presença do executivo camarário para lembrar que apesar de muito já se ter feito este mandato, muito ainda há para fazer na freguesia de Antes. -----

Consciente que o momento que atravessamos é difícil no que concerne a aspectos de ordem económica e financeira, mas convicto que muitas das necessidades de população e obras pretendidas não envolvem custos avultados, que coloquem em risco a estabilidade financeira do Município, mas sim, vontade conjunta para as executar. -----

Justiça seja feita às obras já levadas a cabo este mandato e que em muito melhoraram as condições de vida da população de Antes. -----

Aqui lembro a quase conclusão do Jardim Público, a aquisição do terreno para alargamento do cemitério novo e o arranjo urbanístico da Rua e Largo das Ferrugens, entre outras pequenas obras e acções levadas a cabo. -----

Mas muito ainda há para fazer, e lembro que estamos a meio do mandato. Acredito que este executivo não defraudará as nossas expectativas e que num futuro muito breve vejamos concluídos os dossiers relativos à aquisição das propriedades para a construção do estacionamento da Capela Mortuária, do Parque Infantil no centro da freguesia e do Parque do Sume. -----

Por outro lado espero também muito brevemente ver iniciados os dossiers relativos à sinalização vertical, a infra-estrutura da Rua Alfora e Travessa do Pinheiro Manso e do Circuito de Manutenção. Numa perspectiva de índole mais Municipal lembro a Rede Eco Pista Municipal. -----

Aproveito por último para agradecer o empenho e apoio que tem sido prestado por todos os elementos do Executivo Camarário, durante o presente mandato, às gentes de Antes. Obrigado”. -----

- O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém do público presente queria usar da palavra e não havendo qualquer inscrição deu início ao Período da Ordem do Dia. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

- O Senhor Presidente da Mesa leu um documento escrito pelo Senhor Rui Marqueiro e que a seguir se transcreve: -----

“Costuma dizer-se que o homem põe e Deus dispõe. De facto, quando a Assembleia Municipal decide, por iniciativa do seu ilustre Presidente, reunir na minha terra de adopção, obrigações profissionais inadiáveis, levaram-me para fora do País durante dez dias, impossibilitando-me de comparecer e dar o meu contributo nesta reunião. -----

De facto já dei conhecimento à Mesa da Assembleia na pessoa do Sr. Presidente. -----

O assunto desta noite, a agenda desta reunião é demasiado importante para o Município e para a Freguesia de Antes, daí o meu desejo de manifestar publicamente no órgão adequado, a minha opinião, apesar de estar ausente. --- Entendeu o Governo colocar em discussão pública o chamado Documento Verde, onde se propõe a agregação de Freguesias e se considera estarmos em presença duma reforma muito importante. -----

Não sei o que cada um de vós pensa sobre isto, os Senhores Membros da Assembleia, sei o que pensam os socialistas em geral, sei o que pensam os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia, os Membros da Câmara Municipal. Julgo que sobre isto será possível construir uma ampla plataforma de rejeição desta reforma. -----

Nós não queremos, que alterem a nossa divisão administrativa, nós sabemos melhor que ninguém, que estamos num Município equilibrado, sustentado financeiramente, sustentável economicamente e de amplas preocupações ambientais. É um Concelho unido, em paz, progressivo, por isso apelo a que esta Assembleia Municipal não aceite qualquer alteração à actual divisão administrativa. -----

Bem sei que já se fala, que em caso dos Municípios não aceitarem a agregação e a não decidirem, ela será imposta. -----

Pois que seja assim, veremos se a Razão da Força, será capaz de se impor à Força da Razão. Por mim acho que não. -----

Todos juntos venceremos. Viva o Concelho da Mealhada” -----

Questionou quem é que gostaria de se inscrever para intervir neste período e passou a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Antes. -----

- Interveio o Senhor Benjamim Almeida para ler a intervenção escrita que a seguir se indica: -----

“Enquanto presidente da Junta de Freguesia de Antes, quero aqui reforçar a minha posição pessoal e das gentes de Antes, contra qualquer agregação ou reformulação da estrutura organizacional do Concelho da Mealhada e das suas Freguesias. -----

Rejeito qualquer reorganização territorial que não seja feita de acordo com a vontade da população da Freguesia de Antes e claro dos demais munícipes do Concelho da Mealhada.” -----

- Interveio a Sra. Isabel Lemos para ler a intervenção escrita que a seguir se indica: -----

“A CDU apresenta nesta reunião uma proposta de tomada de posição para a qual pede a melhor atenção dos eleitos e exorta-os à sua aprovação, com o

devido respeito pelas posições que cada um assuma, com clareza, sobre o ataque em curso às freguesias, incluindo à freguesia de Antes. Respeitar essas opções, no entanto, não nos limita na apreciação crítica, tanto mais que este é mais um caso em que, no nosso entender, ressaltam contradições entre as opções políticas e actuações de partidos a que alguns pertencem e as posições que, depois, localmente defendem ou dizem defender. -----

A CDU lembra que, na reunião anterior, propôs a aprovação de uma moção sobre esta matéria. A Assembleia Municipal podia já ter condenado o processo que pode levar ao desaparecimento da freguesia de Antes (bom como muitas outras no país). No entanto, a maior parte dos que votaram na última reunião fizeram-no contra essa posição, retardando o que, esperamos, possa ser remediado ou até mais bem resolvido na sessão extraordinária de hoje. Estando a decorrer o período de consulta pública, ainda não é tarde para que a Assembleia Municipal o faça de forma inequívoca. -----

A CDU saúda a Assembleia de Freguesia de Antes por ter aprovado uma moção de rejeição do processo em curso e por continuar a mostrar determinação na luta em defesa da freguesia e contra o processo promovido com o dito **Documento Verde**. Ficámos a conhecer o sentido da posição pelo noticiado na comunicação social. Apraz-nos registar a profundidade e o acerto de alguns argumentos que, pelo que ali lemos, compõem a moção que se tornou na posição da Assembleia de Freguesia de Antes. -----

Posto isto, tratando esta sessão extraordinária da discussão do documento que o Governo diz que é verde, mas que é negro para nós, queremos deixar aqui alguns elementos de leitura e de reflexão sobre o processo em causa. O Governo diz que é uma “reforma”; nós dizemos que é um violento ataque! Nos últimos anos os portugueses, infelizmente, ouviram falar de muitas “reformas” quando o que os governos e as suas maiorias parlamentares promovem são ataques, fragilização, extinção, desresponsabilização, destruição. Reformas da Saúde, da Segurança Social, da Administração Pública, da Educação, do Sector Empresarial do Estado, dos Transportes, das Leis Laborais; chamam reformas para ocultar a violência e os objectivos das medidas tomadas. -----

Um primeiro elemento que nos parece importante ter presente nesta situação é que o processo que ameaça a freguesia de Antes decorre do memorando da troika! O ponto 3.44 desse pacto de agressão já pretendia obrigar o país à extinção de municípios e freguesias; isto é, a freguesia de Antes está refém desse memorando ou pacto, como lhe quiserem chamar. E ele foi assinado em Maio, isto é, teve a concordância do PS que então estava no governo e, de seguida do PSD e do CDS que hoje compõem outro governo que muito se tem gabado de ir ainda mais longe do que a própria troika. É neste quadro que surge a questão de Antes; é por desses responsáveis que o problema está hoje colocado, juntamente com muitas outras malfetorias que levam ao que as pessoas estão a sofrer de forma crescente: empobrecimento, perda de direitos legítimos, desemprego, cortes insuportáveis nas funções sociais do Estado, desinvestimento, regressão económica, etc. -----

O “Documento Verde” é a iniciativa com que o Governo avança na concretização das ordens vindas do estrangeiro... O seu preâmbulo, como é usual nestas coisas, deve ser lido com cuidado. É modelar, no pior dos sentidos: é um antro de ocultação, já que o Governo não “pode” dizer que, a mando da troika, quer espatifar freguesias a torto e a direito. Contra as evidências e o sentimento, por exemplo, da população de Antes, dá a entender

que a “reforma” em causa é uma absurda necessidade. Faz de conta que corresponde a um desejo amplamente partilhado. Parece que são bons os seus objectivos e boas as intenções dos seus promotores... Não esclarece devidamente que isto é uma cedência à troika que passou a mandar no país, que é uma imposição das entidades estrangeiras cuja concretização foi aceite pelos partidos do “arco do poder”... -----

Um outro elemento que gostávamos de realçar, evitando repetir considerações que a CDU já aqui deixou na moção que propôs à consideração da Assembleia em Dezembro, é o engodo de alguns pseudo argumentos “numéricos”... Recuperando o que já vinha no memorando de agressão, o Governo insiste no número “4259 freguesias” para criar a ideia de que são demasiadas e que, portanto, haveria um problema a resolver e a solução é acabar com muitas delas. Isto pode querer dizer acabar com a de Antes! -----

Mas por que é que 4259 freguesias, ainda por cima com as baixíssimas transferências de verbas que, em média, recebem, como aludia a Assembleia de Freguesia de Antes, e com o muito e abnegado trabalho que desenvolvem em prol das populações, passou a constituir-se num problema grave para Portugal? E se, em vez daquele número, fossem 3500? E se fossem 4000?! E se compararmos com outros países?! -----

Não! Isto não é um processo sério mas as suas consequências podem ser muito séria como, por exemplo, a liquidação de freguesias contra a identidade, a vontade e as necessidades das populações! -----

Um outro elemento que colocamos para discussão e reflexão: não nos revemos nem nas posições dos que chegam a dizer que só aceitarão a extinção de uma freguesia aqui, desde que o mesmo suceda por todo o lado, isto é, em vez de combaterem o que está mal, exigem que o mal seja espalhado pelos quatro ventos. O país está hoje em risco também por causa deste tipo de posições de condenável regressão ética e social. Mas também não nos revemos nas posições dos que só acham manos bem quando lhes acontece à vista, dentro do concelho, não conseguindo ou não querendo questionar os rumos e as opções como os dos partidos que os assumiram. É que a CDU rejeita a hipótese de destruição, fusão, ou seja lá o que for, da freguesia de Antes; mas faz o mesmo para o que está em preparação no concelho de Anadia, Oliveira do Bairro, de norte a sul do país. Se houver excepções a isto, que sejam discutidas e tratadas caso a caso e não trituradas num mega processo de extinção autárquica! -----

Aproximando-nos do fim, mais algumas referências que são destaques nossos para esta discussão. -----

A referência à autonomia já se tornou uma verdadeira conversa da treta, uma espécie de ritual “pimba” com que os políticos que estão no poder enganam a população. Também no “Documento Verde” lá vem que “somente assim, haverá verdadeira autonomia”... Somente assim?... Isto é, o fim da freguesia de Antes, é um requisito para a autonomia do poder local? Ora essa! Não há ataque à organização do Estado, desmantelamento de funções e serviços, aperto sobre os trabalhadores e populações que não traga consigo a ritual invocação da “autonomia”... treta! É preciso denunciar bem alto que o que o Governo e quem o apoia puseram em andamento é precisamente uma ofensiva brutal, centralizadora e empobrecedora do poder local, incluindo a sua destruição pura e simples. -----

Outra declaração de bondade que por lá anda, no “Documento Verde”, é a que a “Reforma da Administração Local assume-se como uma prioridade do actual Executivo, baseada na proximidade com os cidadãos [...]”. Prioridade e compromisso com estrangeiros, está à vista... Mas veremos nos próximos capítulos desta novela regra qual é o apego à proximidade com os cidadãos! Veremos, por exemplo, quanto às populações, as assembleias de freguesia, os municípios, as assembleias municipais se pronunciarem contra a extinção! Veremos isso perante a rejeição do desaparecimento da freguesia de Antes, já assumida pela população, pela Assembleia de Freguesia e, assim o esperamos, perante a condenação que esta Assembleia Municipal deve expressar publicamente hoje, a poucos dias do fim da discussão pública. -----

O “Documento Verde” tem outros eixos de medidas, como o que encerra um programado ataque, uma calculada restrição à democracia no poder local. Mas como este é um eixo que tem um período de discussão pública mais alargado, não vamos sobrecarregar a sessão de hoje com ele. Estamos certos que esta Assembleia encontrará em breve, espaço para também discutir o que o Governo aponta para essa área. -----

Considerem, pois, estes contributos da CDU para a discussão. Não temos rabos-de-palha ou telhados de vidro, também nesta matéria, e defendemos que é preciso lutar contra este propósito de liquidação de autarquias, para já de muitas freguesias. Repudiamos as ameaças que pairam sobre Antes. -----

E pedimos atenção e o voto favorável de todos os presentes para a proposta de tomada de posição já entregue na mesa, proposta que a CDU apresentará mais tarde, quando o Sr. Presidente assim o indicar. Obrigada. -----

Os deputados da CDU.”-----

- Interveio o Senhor Jorge Carvalho para ler a intervenção escrita que a seguir se indica: -----

“No passado mês de Dezembro, completaram-se 35 anos em que, pela primeira vez na sua história, os portugueses votaram para eleger os seus representantes nos diversos órgãos do Poder Local. -----

É com toda a justiça que se diz, que o Poder Local Democrático é uma das mais belas conquistas do Portugal de Abril. -----

O nosso País atravessa graves problemas, mas nunca devemos esquecer o papel altamente positivo que as autarquias desenvolveram nestes últimos 37 anos. -----

Pergunta-se: Foi o Poder Local o causador do actual estado deficitário em que o País se encontra? É por demais evidente que não foi, antes pelo contrário, no ano de 2010 contribuiu com um superavit de 70 milhões de euros. -----

É bom não esquecer que apesar de gerirem apenas 10% das receitas totais do Estado recolhidas nos vários concelhos, e somente 1,46% do total do Orçamento de Estado em 2011, são as autarquias que asseguram cerca de metade de todo o investimento público. -----

São inegáveis as realizações do Poder Local Democrático ao longo destas quase quatro décadas de democracia na sociedade portuguesa, realizações essas apenas possíveis pelo carácter de autonomia, de proximidade com as populações e de democraticidade que a Constituição da República lhe confere, modelo que importa defender e aprofundar. -----

Inegável é também o papel que milhares de trabalhadores têm tido no êxito da obra invejável das autarquias locais, bem como o papel destas na criação de emprego, directa e indirectamente, contribuindo em muito, ao longo dos

tempos, para o combate ao desemprego. É aliás por todos sobejamente conhecido que as autarquias contribuem para a economia e são indispensáveis para o desenvolvimento social. -----

Há que salientar o papel impar que as autarquias locais têm hoje na sociedade portuguesa e de que existem outras alternativas para o combate à crise e para a redução da despesa pública. -----

Propõe-se o Governo, através das medidas contidas no chamado “Livro Verde da Reforma da Administração Local” (autêntico livro de terror) estrangular financeiramente as autarquias e reduzir por decreto a autonomia dos seus órgãos. -----

A redução do número de autarquias e de trabalhadores ao seu serviço é uma medida cega que revela o profundo desprezo pelo Poder Local e pelas populações. -----

É sabido que os municípios e as freguesias têm ao serviço das respectivas populações, apenas 18% do total do número de funcionários públicos, não se compreende, pois, a imposição de uma redução de 2% em cada ano destes trabalhadores, o dobro do que é proposto para a administração central. -----

É bom não esquecer que é o próprio “Livro Verde” a reconhecer que Portugal é: -----

- o segundo País da Europa com menor despesa pública; -----
 - o País com menor número de municípios na Europa dos 27; -----
 - o terceiro na média do número de habitantes por município (3452). A título meramente indicativo recordamos que a França tem 1760 por município e é um País com Regionalização; -----
 - Portugal é ainda o segundo com maior área média por município (299 Km²); -
- Não deixa pois de ser caricato que mesmo perante estes factos, os nossos governantes se curvem perante os ditames daqueles triunvirato que conseguiu, em poucos meses, levar a Grécia à ruína, tal como fez o FMI, na década de setenta e oitenta, em vários países da América Latina. -----

A proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2012, que foi aprovada por maioria, exhibe e impõe um modelo que, para lá da flagrante violação do princípio constitucional da autonomia, exprime uma concepção centralista e de grosseira subalternização do Poder Local e dá um novo passo, que poderá ser fatal, no processo de asfixia financeira das autarquias. -----

Esta concepção significa que decisões como as de abertura de concursos para admissão de pessoal, de fixação da estrutura municipal ou da definição do elenco de pessoal dirigente ou de contracção de empréstimos passam a ser determinadas pelo Ministro das Finanças, num quadro conceptual de gestão local que a aproxima perigosamente daquela que vigorava no tempo do fascismo. -----

Com esta Proposta de Lei aprovada, o Governo não só retira mais 120 milhões de euros aos valores transferidos pelo Orçamento de 2012 face ao de 2011 (num processo cuja verba é superior a 700 milhões de euros retirados às autarquias no período de 2010 a 2012). -----

Entretanto a intenção de roubar aos trabalhadores da administração local as remunerações correspondentes aos subsídios de férias e de Natal constituirá um duro golpe nos rendimentos familiares e é um grave factor de retracção na vida económica local, colocando em risco a sobrevivência de micro e pequenos empresários locais. -----

A chamada “reorganização administrativa” destinada à liquidação de quase duas mil freguesias constitui em si mesmo um deliberado factor de empobrecimento da dimensão democrática e participada do Poder Local. -----
Consideramos que, com estas medidas, se pretende ainda impor a subversão do sistema de eleição dos órgãos municipais para assegurar a constituição de executivos mono cores à custa da liquidação do seu carácter plural e democrático e das condições de fiscalização e controlo democráticos. -----

Por isso será sempre o nosso dever, como Socialistas que nos orgulhamos de ser, preocupamo-nos com o enfraquecimento da democracia participativa e da descentralização que a redução do número de autarquias poderá provocar. ----
Assim, proferimos aqui a nossa indignação dizendo o seguinte: -----

1. Rejeitar o chamado <<Livro Verde>> por este se constituir como um instrumento orientado para a liquidação do Poder Local democrático e das suas características mais progressistas. -----

2. Manifestar a nossa mais viva oposição a uma proposta de Lei do Orçamento de Estado aprovada, a qual se afirma, nas suas disposições, como um meio de impor limitações inaceitáveis à autonomia das autarquias e de consagrar cortes de financiamento incompatíveis com o pleno direito de exercício das suas atribuições e competências. -----

3. Rejeitar a campanha de condicionamento da opinião pública para a menorização do Poder Local e de fomento da desconfiança sobre os eleitos, destinada a justificar um ataque que em últimas instâncias, é dirigido contra as populações. -----

4. Alertar as populações, o movimento associativo local, os trabalhadores das autarquias e os gerentes económicos locais das graves medidas que têm vindo a ser tomadas por este governo neoliberal. -----

5. Sublinhar que este ataque ao Poder Local é um ataque dirigido às populações, aos seus direitos e legítimas aspirações de uma vida digna. -----

6. Manifestar a inteira solidariedade aos trabalhadores das autarquias atingidos nos seus rendimentos, direitos e estabilidade de emprego pelas disposições do Orçamento de Estado relativas a matéria salarial ou de carreira. -----

7. Apelar à mobilização, ao protesto e à manifestação dos legítimos sentimentos de indignação por parte da população e dos trabalhadores contra estas medidas e estes objectivos, sublinhando que essa luta é parte integrante do direito e do dever dos portugueses de exigirem a rejeição do Pacto de Agressão que, imposta pelo estrangeiro e subscrita pelos promotores da política de direita, ameaça e compromete o futuro dos portugueses e do País. --

8. A Reforma preconizada no Livro Verde não se baseia em qualquer estudo sobre a situação real. As freguesias são do povo. É nosso dever defender a freguesia da Antes e os direitos da sua população. -----

9. Como membro de uma autarquia deste concelho, venho aqui a esta Assembleia Municipal solidarizar-me com a luta que está a ser desenvolvida pelos meus companheiros da freguesia de Antes. -----

Jorge Campos Carvalho -----

Junta de Freguesia de Luso -----

Sexta-feira, 27 de Janeiro de 2012.” -----

- Interveio o Senhor Manuel Cardoso para prestar toda a sua solidariedade para com o povo e a freguesia de Antes, renegando qualquer extinção da freguesia. É com este empenho que se juntará à luta do povo de Antes, ao contrário do que se possa pensar, uma vez que a sua freguesia é vizinha da

freguesia de Antes. Espera que a freguesia de Antes não seja extinta e que continue como actualmente se encontra. Como representante da Junta de Freguesia de Casal Comba e pela parte que toca à sua freguesia, no âmbito do Documento Verde, expôs algum historial da freguesia de Casal Comba e explicou que a mesma não tem qualquer interesse na hipotética agregação da freguesia de Antes à sua freguesia, pelo que presta todo o seu apoio na luta pela sobrevivência da freguesia de Antes. -----

- Interveio o Senhor Jacinto Silva para referir que a freguesia de Antes não deve temer a sua extinção, uma vez que a voz do povo é soberana e, em democracia, tem que ser respeitada. Enalteceu o notório trabalho de casa efectuado pelos membros desta Assembleia para esta sessão, como se pode verificar pelo número de intervenções escritas proferidas. A mensagem mais importante é que as decisões do povo, das populações, das Juntas de Freguesia e das Câmaras Municipais têm de ser respeitadas, uma vez que foram eles que elegeram os seus representantes. Ora tendo em conta que a população da Antes, perante esta Junta de Freguesia, decidiu continuar a existir como Freguesia soberana e independente, só temos que aceitar e respeitar democraticamente a decisão da maioria das pessoas. Prestou também a sua sentida homenagem e o seu voto de pesar pelo óbito de seu irmão Madeira, mais conhecido por “Palhosa”, o Sr. Aristides Ferreira, antigo Chefe da Polícia PSP, reformado e muito ligado às obras de caridade da Igreja e o Sr. José Gonçalves, antigo Comandante dos Bombeiros Voluntários de Mealhada, e mais conhecido por “José Sapato”. -----

- O Senhor Presidente da Mesa referiu que esta Assembleia Municipal se associa ao voto de pesar prestado. Prestou também, em nome da Assembleia Municipal, os seus sentidos sentimentos ao Senhor António Neves, membro desta Assembleia Municipal, pelo falecimento de seu pai. -----

- Interveio o Senhor Bruno Coimbra para saudar o Senhor Presidente da Mesa pela descentralização das Assembleias Municipais. Lembrou que esteve presente no debate promovido pela Assembleia de Freguesia de Antes, a convite do seu Presidente, também sobre o tema que se encontra em discussão. Acontece que, esta Assembleia acaba por se realizar no período em que menos relevância teria, uma vez que o período de discussão do Documento Verde já terminou, no qual foram recebidas centenas de contribuições e recomendações, e o respectivo projecto de Lei não foi ainda apresentado. Ou seja, estamos agora aqui a discutir um Documento Verde que já não existe, em virtude de já ter sido alterado com base nas contribuições recebidas e que será apresentado em breve como projecto de Lei. Esta Assembleia Municipal incorreu num pequeno erro de desfasamento de tempo pelo que já não pode contribuir com novos critérios para a alteração do Documento Verde, nem pode tecer quaisquer considerações ao Documento Verde. Referiu que ouviu algumas coisas que pecam pelo seu exagero, que não correspondem à realidade e por isso terão que ser corrigidas. Há um ano atrás, já sabíamos que havia problemas graves na gestão e sustentabilidade do Poder Local, independentemente dos índices apresentados. Felizmente, a Câmara da Mealhada não se encontra inserida nos maus exemplos e não é como a maioria das Câmaras Municipais, que tem problemas de sustentabilidade financeira. Em Março de 2011, o Partido Socialista era Governo e foi esse governo que assinou o memorando de entendimento com a Troika, no qual o Partido Socialista propôs a diminuição do número de

autarquias locais, entre muitas outras medidas. Assim, não se poderá dizer que o Partido Socialista nada tem a ver com esta medida. Em Setembro de 2011, o presente Governo apresentou o Documento Verde demonstrando uma intenção e dando a conhecer uma matriz de critérios colocados à discussão. O resultado dessa discussão seria agora apresentado em Fevereiro de 2012 através de uma proposta de Lei. Acontece que tudo o que foi dito, teve a ver apenas com o Documento Verde, o qual recebeu um amplo conjunto de contestações aos critérios apresentados, nomeadamente das tipologias e do raio de Kms entre a sede do Município e a freguesia em questão, sobre as quais incidiu a grande maioria das contestações dos Municípios e das forças da sociedade no respectivo período que, entretanto, cessou. Também a necessidade de uma maior distinção entre as zonas urbanas e não urbanas foi contestada de igual forma. Também foi mencionado que as Assembleias Municipais queriam ter uma palavra a dizer na extinção/agregação de freguesias e que houvesse uma majoração de competências e de financiamento para as freguesias que aceitassem ser extintas e/ou agregadas. Tendo em conta que o Documento Verde foi apresentado em aberto e tendo em conta que o Governo teve em atenção todas as propostas de alteração deste Documento, para que haja uma discussão profícua, era conveniente que a proposta de Lei tivesse saído. Ainda que a proposta de Lei seja também ela sujeita a alterações na Assembleia da República onde certamente serão eliminadas o maior número de falhas possíveis para que esta Lei seja o mais justa possível para todos. Ora não tendo conhecimento do que será concretamente esta proposta de Lei, não saberemos concretamente o que discutir sobre o futuro da freguesia de Antes. Fala-se muito que este documento contemple um conjunto de exigências do Partido Socialista, com o qual decorrem negociações nesse sentido. Assim sendo, referiu que aquilo que se está a discutir não corresponde à realidade e sugeriu que esta Assembleia reunisse quando houver um documento legal, nomeadamente o projecto de Lei que será apresentado em breve, uma vez que o Documento Verde mudou e já não corresponde à realidade actual. -----

- Interveio o Senhor José Martins para ler a intervenção escrita que a seguir se indica: -----

“Relativamente à problemática da reforma da administração local, o executivo da Junta de Freguesia de Ventosa do Bairro, ontem reunido, decidiu elaborar um pequeno documento resumo e que passo a ler: -----

A Junta de Freguesia de Ventosa do Bairro, atenta e preocupada com as últimas notícias acerca da futura reforma da administração local, vem desta forma manifestar a sua preocupação e ao mesmo tempo a sua solidariedade para com a freguesia da Antes. Ao mesmo tempo é de referir que muito provavelmente poderá não ser só a freguesia da Antes envolvida nesta problemática, mas sim e eventualmente também o nosso concelho, pelo que importa salvaguardar que estamos empenhados em lutar pelos interesses do concelho. -----

Todos devemos estar preocupados com a situação, até porque não só a freguesia de Antes que poderá estar em causa, de acordo com o novo panorama administrativo proposto por esta nova maioria, como eventualmente a agregação ou desagregação de outras freguesias do nosso concelho. -----

Por tudo isto, devemos estar atentos e unir esforços para que sejam salvaguardados todos os interesses do concelho de Mealhada. -----

Ventosa do Bairro, 26 de Janeiro de 2012 -----

O Executivo -----

- Interveio o Senhor Luís Brandão para referir que esta reforma da Administração Local incide em quatro eixos, nomeadamente a nível do sector empresarial local, a nível da organização de território, a nível da gestão municipal e a nível da democracia local. Relativamente ao Concelho da Mealhada, referiu que o primeiro eixo não se aplica uma vez que não existe actividade empresarial a nível municipal de relevo neste concelho, o segundo eixo é efectivamente aquele que gera maior discussão nesta freguesia, sendo aquele que fala na extinção/agregação de freguesias e não exclui a possível extinção de municípios. O terceiro eixo incide na gestão dos municípios e tem a ver com o aumento de competências das freguesias, dos municípios e das Comunidades Intermunicipais. O quarto eixo incide sobre a democracia local e tem a ver com a nova legislação autárquica e que dará mais competências à Assembleia Municipal, a qual já foi comparada à figura da Rainha de Inglaterra. É da opinião que o ano de 2012 será muito importante para reforçar o poder autárquico, o qual dará mais voz e mais força aos autarcas, permitindo maior proximidade executiva das pessoas. Lembrou, aquando da apresentação do Documento Verde no dia 26 de Setembro de 2011, que o Senhor Vice Presidente da Bancada do PS, Mota Andrade referiu que, apesar de não conhecer os critérios, concordava com a necessidade de reduzir o número de freguesias existentes e de ser criada uma nova lei eleitoral. Também o Senhor António Costa, em 2005, na altura Ministro da Administração Interna, falava na necessidade de reduzir freguesias, medida que implementou no Município de Lisboa, enquanto Presidente da Câmara. Relembrou também que foi o Partido Socialista que assinou o memorando de entendimento com a Troika, o que veio alterar, por exemplo, a lei das finanças locais, o funcionamento das Assembleias Municipais, a diminuição do número de funcionários em cargos dirigentes e mais concretamente, a extinção de freguesias, entre muitos outros aspectos. Tendo lido um excerto do ponto 3.44 do memorando (de 17.05.2011) “Reorganizar a estrutura da administração local. Existem actualmente 308 municípios e 4.259 freguesias. **Até Julho 2012**, o Governo desenvolverá um plano de consolidação para reorganizar e reduzir significativamente o número destas entidades.” Referiu que este Governo recebeu este memorando de herança do anterior Governo e terá que o cumprir se quiser receber as ajudas acordadas com a Troika. Expôs também que no site da ANAFRE, segundo um estudo onde constam as freguesias sujeitas a extinção/agregação, tendo em conta os critérios definidos no Documento Verde, não consta qualquer freguesia do Concelho de Mealhada, pelo que segundo o Documento Verde não haverá qualquer alteração administrativa neste Concelho. No entanto, este Documento é passível de alterações e só quando for apresentado o respectivo projecto de Lei é que se poderá saber se os critérios alterados poderão ditar a extinção da freguesia de Antes, ou não. É verdade que a gestão autárquica do Município da Mealhada é um exemplo a seguir e não se assemelha aos Municípios que se encontram em falência ou muito perto disso. Acontece que o País tem um problema grave que tem que ser resolvido com dinheiro, mas que se não mudar, volta a cair no mesmo buraco. Assim, como não podemos fugir da realidade nacional, temos que ser solidários e aceitar as estratégias nacionais para cumprirmos o estipulado e melhorarmos o nosso sistema. É também necessário ter em conta que a Lei terá que ser para todos e não uma para cada município: claro que certamente não agradará a todos. Realçou,

segundo os critérios existentes no Documento Verde e com os dados do INE, que as oito freguesias do Concelho de Mealhada não sofrerão, neste momento, qualquer alteração. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para referir que não recusaria agendar uma nova sessão desta Assembleia para discussão do projecto de lei que será apresentado na sequência Documento Verde e elucidou que apenas se recusaria a assinar qualquer documento que ditasse a extinção de qualquer freguesia deste Concelho. É sabido que o Senhor Bruno Coimbra faz parte da Comissão que trata desta matéria, tem alguma influência nesta questão e saberá certamente mais sobre o assunto do que aquilo que disse, o que é compreensível. Contudo, apesar de tudo aquilo que se fale e saia nas notícias sobre as negociações do Governo com o Partido Socialista, acha bem que assim seja, mas que contará muito pouco, uma vez que a sua decisão sobre esta matéria já está tomada e apenas aceitará a fusão/extinção de freguesias se essa for a vontade das suas populações. Caso contrário, não aceitará extinguir qualquer freguesia contra a sua vontade. O que aqui ainda não foi dito, e que se fala, é que a lei irá impor uma redução de 25% do número de freguesias por concelho. Neste sentido, isto quer dizer que se poderão extinguir duas freguesias no concelho de Mealhada. Também é dito que serão as Assembleias Municipais a deliberar sobre as extinções/agregações de freguesias nos respectivos concelhos. Caso não o façam, essa extinção/agregação será efectuada administrativamente pelo Governo. Assim, tudo indica que efectivamente a freguesia de Antes está em risco de ser extinta, seja voluntariamente através da Assembleia Municipal, o que não deverá acontecer, ou administrativamente pelo Governo. Perguntou se o Senhor Presidente da Câmara queria usar da palavra e expor a sua opinião e a opinião dos Senhores Vereadores presentes. -----

- Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para expor a deliberação tomada por unanimidade pelo Executivo Camarário, na reunião de 15 de Dezembro de 2011, sobre a qual leu a comunicação enviada ao Gabinete do Senhor Ministro Adjunto dos Assuntos Parlamentares, que a seguir se indica: --
“Venho comunicar a V.^a Ex.^a que no Concelho de Mealhada não será constituído o Grupo de Trabalho, porque o Concelho considera ter um modelo de desenvolvimento económico-social sustentável e uma estrutura administrativa coesa e equilibrada. A real articulação e o diálogo que existe entre as autarquias locais no Concelho da Mealhada e os resultados apresentados devem ser exemplo para a Administração no âmbito da Administração Local.” Lamenta que nos últimos apenas se fale na dívida global das Autarquias Local, esquecendo-se que este Município e mais uns quantos têm as contas em dia, não apresentam défices e estão sujeitos a “levar uma cacetada” por serem precisamente “mal comportados”. Neste contexto, podemos dizer que os mal comportados somos nós. Quando o Senhor Secretário de Estado da Administração Local diz que quer extinguir freguesias porque não é possível continuar a aumentar o endividamento, só podemos entender que os Senhores Presidentes de Junta andaram a gastar dinheiro que não se sabe de onde saiu. Referiu que não existe ninguém nesta sala que aceite com o que foi acordado com a Troika sobre a extinção de freguesias e se o PS foi responsável, pela mão do antigo Primeiro-Ministro, foi destituído do Governo por isso mesmo. Agora o responsável é o que se encontra actualmente no Governo e não pode “sacudir a água do capote” quanto à sua

responsabilidade. Referiu ainda que enquanto estivermos sob o domínio de Merkel e Sarkozy vai ser difícil para todos aqueles que estiverem no Governo e que a Europa só se salvará se resolver os seus problemas em conjunto, entre os 27 Estados Membros. -----

- Interveio o Senhor Vereador Miguel Ferreira para referir que a posição do PSD ficou clara na deliberação da Câmara Municipal na reunião de Câmara de 15 de Dezembro de 2011, sobre esta matéria. Considerou que a realização desta Assembleia Municipal não fará sentido quando a população da freguesia de Antes já manifestou a sua posição na Assembleia de Freguesia sobre aquilo que pretendem para a sua freguesia. Neste sentido, é da opinião que a discussão sobre este ponto, nesta Assembleia, é “chover no molhado” e que a vontade das pessoas tem que ser respeitada quando às suas decisões. Referiu que a intenção do Documento Verde é auscultar a vontade das populações e não acredita que o Governo extinga/agregue freguesias contra a vontade das suas populações. Considerou também que é necessário haver um pouco de cautela nestas discussões, até mesmo por questões financeiras, uma vez que cada sessão da Assembleia Municipal custa cerca de seis mil euros à Câmara Municipal e terá que haver um certo cuidado ao trazer assuntos que já foram debatidos e decididos por quem de direito, neste caso, pela população da freguesia de Antes. -----

- Tomou a palavra a Senhora Vereadora Arminda Martins para reforçar a sua clara posição sobre esta matéria, tanto como Vereadora como dirigente político do Partido Socialista. Contrariamente ao que foi dito pelo Senhor Bruno Coimbra, referiu que a discussão pública sobre este tema é destinada às Assembleias de Freguesia e Assembleias Municipais que ocorram entre os meses de Novembro, Dezembro e Janeiro, conforme consta no 2º Eixo – Reorganização do Território – do Cronograma Geral da Reforma da Administração Local, do Documento Verde. Assim, considerou que a presente Assembleia Municipal não é extemporânea, ao contrário do PSD que se antecipou na preparação do projecto de lei, provavelmente devido às demasiadas propostas recebidas contra esta medida. Essa proposta já foi aqui falada e tem-se ouvido que presumivelmente haverá Conselhos de Freguesias, percentagens de fusão de freguesias, retiradas de 10% de transferências para quem não se agregar e um aumento de 15% das mesmas para as freguesias que aceitarem a agregação, etc. Gostaria muito que esta Reforma fosse verdadeiramente efectuada conforme foi dito pelo Senhor Jacinto Silva. Acontece que o Senhor Dr. Miguel Relvas já veio a público dizer que esta reforma irá para a frente, quer queiramos quer não. Neste sentido, alguma coisa vai mal no PSD quando uns dizem uma coisa e outros dizem outra. Enquanto dirigente do Partido Socialista, assume a sua quota-parte de culpas neste processo, mas assegurou que lutará contra esta medida até às últimas instâncias. Referiu que, de facto, foi o Senhor Primeiro-Ministro José Sócrates que, em tempos, assinou e subscreveu o memorando de entendimento com a Troika e foi provavelmente por isso que “levou um pontapé no rabo”. Sublinhou que não é de acordo com tudo aquilo que o Partido Socialista fez e é natural que, em política, nem sempre se esteja de acordo com tudo. De acordo com as palavras do Senhor Dr. Miguel Relvas, será constituído um Grupo de Trabalho que tomará posição pelos Municípios que não tomarem a devida posição. Esses Municípios terão apenas direito a uma contraproposta e não terão a hipótese sequer de dizer que não concordam. Neste sentido, existem alguém

que está a faltar à verdade. Reforçou que temos todo o direito e todo o dever, até ao dia 31 de Janeiro, de enviar para Lisboa “quanto mais papel, melhor”, que acredita seriamente que esta reforma será feita contra a vontade das populações e que começa a sentir que estamos a viver uma ditadura democrática. -----

- Tomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa para esclarecer que esta Assembleia Municipal foi convocada dentro das suas competências e de acordo com o Regimento desta Assembleia, a pedido do Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia de Antes, que é o melhor representante da população de Antes. Assim sendo, referiu que esta Assembleia não tem nada de ilegal ou extemporâneo. Mencionou que qualquer representante de qualquer outra freguesia do concelho poderá solicitar o agendamento de uma sessão da Assembleia Municipal para debater qualquer assunto que seja necessário e não será o dinheiro que custa à Câmara Municipal que impedirá a Assembleia Municipal de reunir sempre que necessário. -----

- Tomou a palavra o Senhor Jorge Carvalho para referir que o seu partido é um partido democrático. Elucidou que esteve presente no Congresso do Partido Socialista em Santarém com a Senhora Vereadora Arminda Martins, onde o Senhor António Costa apresentou a proposta de extinção de freguesia, e referiu que os dois votaram contra essa proposta. Mencionou que todos falam do memorando da troika e questionou quem é que chumbou o PEC 4 e obrigou o anterior Governo a pedir ajuda internacional. É verdade que a população de Antes já manifestou a sua vontade permanecer como Junta de Freguesia e questionou se será isso que o Senhor Manuel Relvas querera. Reforçou que as freguesias sempre tiveram um papel importante junto da população e deu como exemplo a Junta da Freguesia de Luso, que é um bom exemplo dos serviços prestados pelas Juntas de Freguesia. Será isto que o Senhor Miguel Relvas querera eliminar? Manifestou a sua solidariedade para com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Antes e assegurou que não será com o seu voto que a Antes deixará de ser freguesia. -----

- Interveio a Senhora Isabel Lemos para manifestar a sua indignação enquanto cidadã pelo facto desta Assembleia Municipal ter sido considerada de extemporânea pelo Senhor Bruno Coimbra, pelo que o projecto de lei sobre esta matéria já estaria pronto, quando o cronograma existente no Livro Verde indica que o período de discussão termina a 31 de Janeiro de 2012. Tendo isto em conta, referiu que percebe o quanto desgovernado se encontra o actual Governo. -----

- Interveio o Senhor Bruno Coimbra para esclarecer que nunca afirmou que o Governo teria uma lei pronta, uma vez que referiu que decorriam actualmente negociações sobre essa matéria e que esta Assembleia Municipal teria sido mais profícua se fosse realizada quando a proposta de lei estivesse pronta e tivesse sido apresentada. Esclareceu que nunca disse que esta Assembleia não valeria a pena, até porque está presente e, tendo sido solicitada pela Junta de Freguesia de Antes, merece toda a sua consideração. Olhando para o cronograma, não se pode fazer de conta que debater este tema a 27 de Janeiro de 2012 é o mesmo que no meio de Novembro ou meio de Dezembro. Reafirmou que teria sido mais profícua e faria mais sentido debater este documento mais cedo, antes de se saber estes “zunzuns” que ninguém sabe precisar, ou debater o projecto de lei quando este fosse apresentado. Reforçou que o Governo nunca poderia ter uma lei pronta, uma vez que a proposta de lei

ainda será alvo de alterações na Assembleia da República, onde será debatida na especialidade. Apenas quis dizer que esta Assembleia seria mais válida para discutir o Livro Verde se fosse realizada com maior antecedência ou posteriormente à apresentação do projecto de lei, se fosse para discutir e alterar o projecto de lei que será apresentado sobre esta matéria. Neste sentido, não vale a pena aprovar uma moção com o texto que a CDU apresentou, onde fala mal de tudo o que diz o Documento Verde, contestando os critérios que constam no referido documento, quando já se sabe, à partida, que eles irão ser alterados. Referiu também que custa ouvir a ideia de que só o Partido Socialista é que é um Partido democrático, quando se arroga só para si a questão da democracia e da capacidade de discordar. -----

- Interveio o Senhor António Neves para solicitar ao Senhor Bruno Coimbra que esclarecesse o que é referido na conclusão do documento em discussão e que a seguir se indica, afirmando que o Partido do Senhor Bruno Coimbra só pode estar a brincar connosco: -----

“Na Organização do Território, projecta-se encontrar um novo mapa administrativo, reduzindo significativamente o número de Freguesias, dando-lhe escala, dimensão e novas competências, e apostando numa política de proximidade.” -----

- Interveio a Senhora Vereadora Arminda Martins para referir que não admite que lhe chamem mentirosa e malandra. Referiu que um membro do Governo anunciou aos órgãos de comunicação social que tinham adiado o agendamento deste ponto para o próximo Conselho de Ministros, que ocorreria na próxima quinta-feira. Isto quer dizer que o tratamento desta matéria já tinha sido efectivamente agendado e não podemos estar aqui a iludir os menos informados, quando o projecto de lei está efectivamente feito, mas que pode ainda não ter o consenso pretendido das restantes forças políticas. Voltou a referir que o Senhor Bruno Coimbra considerou a presente Assembleia de extemporânea e aceita que se tenha retratado na explicação que efectuou posteriormente. Confirmou e ressaltou o que foi dito pelo Senhor Jorge Carvalho, em relação à sua posição quanto à extinção de freguesias, referindo que aquando da apresentação desta proposta no Congresso do PS em Santarém, foram os únicos que votaram contra a medida de extinção/agregação de freguesias. Esta é uma opinião não é de agora e está formada há mais de 10 anos. Mencionou também que votou no PS nas últimas eleições legislativas pelo simples facto de não ter gostado do programa eleitoral do PSD, quando o leu, e compreende que existe muita gente que votou no PSD sem ter lido o programa e que hoje está arrependida. Referiu ainda que nem as pessoas da Antes, nem o povo da Mealhada são malandras, uma vez que fizeram o seu trabalho no devido tempo e dentro do “timing” do Documento Verde. -----

- Interveio a Senhora Vice-Presidente da Câmara para referir que a sua posição, bem como da Câmara Municipal, sobre esta matéria foi clara e unânime, como já foi aqui referido. Referiu que o Município vai lutar até ao fim e assumir todas as consequências que daí advenham em defesa das nossas freguesias, uma vez que são elas que contribuem com o seu bom trabalho para a boa situação actual do Município de Mealhada. Neste sentido e para que o trabalho continue a ser bem feito, é obvio que precisamos da freguesia de Antes pelas suas especificidades e características muito próprias para o bom funcionamento, a nível regional e nacional, do Concelho de Mealhada. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para agradecer todas as intervenções proferidas e para colocar à discussão a moção apresentada pelos deputados da CDU, a qual leu e a seguir se indica: -----

PROPOSTA DE MOÇÃO

“Repúdio pelo ataque em curso ao poder local, incluindo a conhecida intenção de extinguir autarquias como a freguesia de Antes” -----

Tomando posição perante o chamado “Documento Verde da Administração da Administração Local”, para já no que diz respeito ao eixo aí enunciado como “Organização do Território”, eixo que abre caminho para a brutal liquidação de, possivelmente, milhares de autarquias por todo o país, incluindo, no nosso concelho, a freguesia de Antes, a Assembleia Municipal da Mealhada, reunida a 27 de Janeiro de 2012, delibera: -----

1. Manifestar, desde logo, a sua convicção de que, pela exiguidade dos recursos públicos que lhe são afectos e pela forma, regra geral, exemplar como são aplicados, as autarquias têm um importante papel na promoção das condições de vida local e na realização de investimento público. É um papel indispensável ao progresso local, no combate às assimetrias regionais e ainda, no presente quadro, às acções que contribuam para atenuar os efeitos da chamada “crise”, em particular os reflexos sociais mais negativos que a aplicação do actual programa de ingerência externa está a impor aos portugueses. A extinção de autarquias, que em quase nada contribuirá para reduzir a despesa pública, acarretaria novos e maiores gastos para um pior serviço às populações e seria um factor de empobrecimento da vida democrática local e de resposta às aspirações das populações. -----

2. A Assembleia Municipal delibera, em consonância, repudiar a intenção de extinguir autarquias existentes, seja pela sua pura eliminação, seja por recurso a qualquer forma de engenharia política que lhes retire o que têm de essencial, a saber, os seus órgãos democraticamente eleitos, as suas atribuições próprias e a parte dos recursos públicos essenciais à sua existência e funcionamento nas condições de autonomia previstas na Constituição da República. -----

3. A Assembleia Municipal da Mealhada delibera, em particular, manifestar publicamente a oposição frontal ao desaparecimento, extinção ou fusão da freguesia de Antes, independentemente dos critérios técnicos inventados e invocados pelos promotores desta intolerável ofensiva sobre o poder e a democracia locais. O que está em causa é que, à semelhança do que se verifica em muitos outros concelhos, com centenas e centenas de freguesias em risco, a freguesia de Antes não pode nem deve ser eliminada, muito menos, registre-se, em resultado de opções cega obediência a ditames estrangeiros, de obsessão pela autoridade e cortes de despesas em áreas fundamentais para o desenvolvimento do país e para a qualidade de vida das pessoas e das populações, políticas que também servem inaceitáveis objectivos centralizadores e de desvalorização do poder local que pouco ou nada se coadunam com o desenvolvimento da democracia. -----

4. A freguesia de Antes é uma realidade territorial consolidada, um espaço de identificação territorial e social, um pólo de participação e de trabalho autárquico. A Assembleia Municipal da Mealhada, sublinhando que o que aqui está verdadeiramente em causa não é uma mera discussão técnica mas um posicionamento político que afirme a identidade das nossas populações e proteja legitimamente os seus interesses e aspirações, rejeita a possibilidade de extinção, para já, de freguesias e expressa a sua discordância sobre o

processo encetado com o dito “Documento Verde da Reforma da Administração Local”. Mais do que isso, a Assembleia Municipal apela à mobilização, ao protesto e à manifestação dos legítimos sentimentos de indignação contra este tipo de medidas e manifesta a sua disponibilidade para apoiar a sua expressão pública, em função da vontade e determinação das populações em contrariar a ofensiva em discussão. -----

Por último, a Assembleia Municipal delibera fazer chegar esta sua posição aos seguintes destinatários: -----

Presidente da Assembleia da República; Comissão Parlamentar do Ambiente, Território e Poder Local da Assembleia da República; Grupos Parlamentares da Assembleia da República; Primeiro-Ministro; Ministro Ajusto e dos Assuntos Parlamentares; ANAFRE; CIM Baixo Mondego; Órgão de Comunicação Social; Ao abrigo da alínea c) do art.º 22.º do regimento desta Assembleia os eleitos da CDU requerem ao Sr. Presidente que esta proposta de moção seja apresentada e colocada à votação no ponto 1 da Ordem de Trabalhos. -----

Os eleitos da CDU, -----

António Nogueira das Neves e Maria Isabel Pinto Ferreira Lemos -----

O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria usar da palavra. ----

- Tomou a palavra o Senhor Jacinto Silva para referir que concorda com a essência da moção apresentada. No entanto, não concorda que seja usada como forma de ataque ao Governo, uma vez que não é isso que está aqui em causa mas sim a freguesia de Antes, pelo que se irá abster na votação da presente proposta. -----

- O Senhor Presidente da Mesa referiu que estaria na disposição de subscrever a presente proposta se a mesmo fosse alterada, no que concerne aos destinatários para os quais será enviada a presente moção. Assim, caso seja aprovada, sugeriu que fossem acrescentadas entidades aos destinatários a enviar, nomeadamente a todos os órgãos de freguesia do concelho de Mealhada, à Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Senhor Presidente da República, a todos os órgãos municipais do distrito de Aveiro e directamente ao Senhor Secretário de Estado da Administração Local. Assegurou ainda que a presente moção chegará a Lisboa antes do dia 31 de Janeiro, caso seja aprovada por esta Assembleia Municipal. Não havendo quaisquer outras intervenções, colocou a moção apresentada à votação e a mesma foi aprovada por maioria com dezoito votos a favor e dez abstenções. -- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que vai ser assinada por mim, _____

Rodrigo Manuel Ribeiro Baptista da Cruz, Assistente Técnico, nomeado por Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, para apoio administrativo à Assembleia Municipal, e pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. -----